

Como controlar as contas do governo: o Tribunal de Contas tem sugestões.

A volta da supervisão ministerial para as empresas estatais, no lugar do controle centralista da Sest, Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais, e da Secin, Secretaria de Controle Interno da Seplan, foi defendida ontem pelo ministro Luciano Brandão Alves de Souza, do Tribunal de Contas da União. Segundo ele, a política de controle centralizado debilitou a ação e a supervisão dos ministérios, e tirou poderes dos ministros, que são, em último caso, os responsáveis pela eficiência dos ministérios. Essa situação é mais sentida ainda no caso da administração indireta, "cada dia mais distanciada da vinculação ministerial", segundo Alves de Souza.

Ex-presidente do TCU e atual decano do Tribunal, o ministro ressaltou que o "pacote das estatais", que deverá ser aprovado pelo Palácio do Planalto, nos próximos dias, é mais uma medida adotada pelo governo para disciplinar as distorções constatadas nas diversas empresas estatais. Sobre o "pacote" ele afirma que "seria mais eficaz a elaboração de um código, lei orgânica ou estatuto das empresas estatais".

Esse "estatuto das estatais" segundo Brandão, deveria conter normas sobre "a constituição, natureza, finalidade, funcionamento, administração das empresas estatais e, sem prejuízo de peculiaridade e autonomia de ação de cada uma delas, dispor sobre a política de pessoal: organização de quadros de carreira; uniformização de remuneração, definição rigorosa das vantagens pecuniárias, proibição de participação dos lucros, além de diretrizes para contabilização dos fatos de gestão, preceitos sobre licitações, normas específicas sobre limitação de correção monetária, entre outros.